



DIREITOS TRABALHISTAS SOB ATAQUE

Nova proposta impacta a saúde do trabalhador e traz sérios prejuízos à categoria. FNP propõe rejeição e greve no dia 3 de janeiro

No último dia 12, o RH da Petrobrás apresentou uma nova proposta para a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), em que os ataques aos trabalhadores permaneceram, enxertando normas unicamente com caráter patronal. Isso gerou uma grande discussão e virou uma verdadeira “lambança”. Porém, três dias depois, 15 de dezembro, a empresa apresentou duas novas minutas (a última às 18h) contemplando as reivindicações da FNP e da outra federação. E nessas duas minutas ainda existem exclusões de cláusulas que continham direitos e garantias, além de alterações de redação que também tiram direitos e garantias.

A direção da Petrobrás também não atendeu um único ponto da con-

traproposta apresentada pela FNP e aprovada em toda a sua base.

O objetivo não declarado dessa nova proposta é, sem dúvida, fragilizar o emprego e o trabalhador; reduzir o efetivo combinado com a venda de ativos; demissão em massa dos terceirizados com ampla e profunda redução dos salários na renovação dos contratos; sobrecarregando todos os trabalhadores devido à redução do efetivo, diminuindo a performance de todos, contribuindo para a redução da qualificação dos profissionais que atenderão a PETROBRÁS, com reflexos deletérios na excelência necessária às operações da Petrobrás.

Mas, os ataques não param por aí. Com os leilões do pré-sal, o Brasil está abrindo mão de enormes recursos e

de parte importante da renda petrolífera, que poderiam ser destinados para o desenvolvimento do país

Em suma, para além da perda de direitos, o conjunto de regras visa, sobretudo, facilitar a privatização da empresa. Mas, o que interessa a todos, deve ser decidido por todos. Por isso quem dirá se a proposta apresentada é a última será o petroleiro.

A FNP indica rejeição da proposta e greve no dia 3 de janeiro. As assembleias começaram no dia 14 de dezembro e vão até o dia 22. Bases já rejeitam a proposta. Vamos dizer em alto e bom som: não aceitamos essa proposta, pois ela ataca fortemente nossos direitos e mantém as medidas que aprofundam a privatização e a terceirização na nossa empresa!

AGORA, PRESTE ATENÇÃO!

Abaixo, a FNP destacou alguns dos principais ataques aos trabalhadores, previstos na proposta. Veja:

■ Equacionamento - calote nas dívidas que a Petrobrás tem com a PETROS e consequente confisco das aposentadorias e na majoração abusiva das contribuições dos ativos;

■ Efetivo - Redução dos efetivos combinado com a venda de Ativos e assédio ao obrigar transferências via mobiliza, ou deslocar pessoal do turno para o ADM, precariza a manutenção em si e a capacidade de resposta aos acidentes, aumentando o risco operacional e potencializando os acidentes e mais mortes;

■ Privatização com a ampliação da terceirização - uma das formas, alavancas de corrupção reveladas na lava-jato, retirando do controle próprio da empresa, repassando ao controle de empreiteiras privadas e internacionais. A empresa está terceirizando as ETEs dos terminais da Transpetro, como por exemplo, o Tebar e a Alemoa;

■ Leilões de Petróleo e do Pré-Sal - realizados a preço de banana e sem a garantia, na Lei da Partilha da Produção, de um percentual mínimo pré-estabelecido da parcela óleo/lucro para o orçamento público;

■ Sem reposição do efetivo nas áreas operacionais - mesmo quando há próprios desviados de função e subaproveitados, bem como concursados disponíveis, respectivamente, à pronta transferência e contratação. No entanto, equivocadamente, se implementa e se aprofunda a terceirização (forma com a qual os corruptos saqueavam a PETROBRÁS e mais exploram e exploravam os trabalhadores);

■ Sem indenização à Petrobrás - por parte das empreiteiras corruptas e caloteiras, bem como dos Governos Corruptos de plantão, a fim de que a Petrobrás possa retomar seus investimentos, projetos e obras e garantir os empregos que garantem a dignidade dos trabalhadores e suas famílias;

■ Sem reposição, sequer, das perdas inflacionárias do período e do calote que operou no ACT de 2016. E impedimento de qualquer aumento real até 2019;

■ AMS e Benefício Farmácia - de fato, excluem beneficiários ou muito aumentam suas contribuições/descontos, sem a devida contrapartida na reposição das perdas inflacionárias. Além disso, aumentaram de 15 para 30 dias o tempo de reembolso da Livre Escolha.

■ Remunerações - retirando o Auxílio-almoço do contracheque e mantendo o calote nos nossos direitos de PLR

com ardis contábeis, que transformam lucros em prejuízos, bem como não reconhecem nossos direitos a receber, também, pelos resultados que não deixamos de entregar, em nenhum momento, até aqui. Ao contrário, é recorde atrás de recorde!

■ Política de preços - indis põe o povo perante a PETROBRÁS, visando facilitar sua privatização, ao aumentar consecutivamente os preços dos combustíveis e, especialmente do gás, os vincula aos preços da especulação internacional, e acaba por se desviar do papel de empresa de economia mista, por privilegiar rentabilidades e lucros de curto prazo.

■ Na última minuta enviada, pela empresa, foi feita a alteração da redação do parágrafo 3º, da Cláusula 1, que permite desconto para não repactuados, no caso de equacionamento da Petros.

■ Na cláusula 100 que versa sobre a fiscalização contratos a empresa tirou a exclusividade desse trabalho, feito somente por trabalhadores próprios, abrindo precedente para terceirização da atividade no que concerne a parte administrativa do contrato;

■ A empresa também restringiu o trabalho dos cipistas, que laboram em regime de turno, ao retirar parte do texto do parágrafo 5º, da cláusula 73. Na atual proposta suprimiram a frase "caso atividades ocorram fora da jornada ou escala regular de trabalho, será considerado serviço extraordinário";

■ A empresa também excluiu a cláusula 178, do acordo vigente, que dava garantia de realização de campanha sob a responsabilidade social. No momento em que a empresa está querendo vender seus ativos ela está fugindo das responsabilidades da lei que a criou. A finalidade social será colocada de lado e o único objetivo será de aumentar os lucros.

VAMOS REJEITAR MAIS ESSA PROPOSTA VERGONHOSA DA DIREÇÃO DE TEMER E SEUS ALIADOS NA EMPRESA!

A FNP também rejeita as mudanças na CLT e na Previdência e vai participar da construção de um dia unificado para uma greve geral contra a perversa reforma da Previdência, que ignora desigualdades sociais. Por outro lado, reduz direitos sociais e trabalhistas e privatiza as poucas empresas públicas que sobraram. Uma receita que não reduz as desigualdades sociais.

EXPEDIENTE:

| Sindicatos da FNP: Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-LP, Sindipetro-PA/AM/MA/AP, Sindicato-RJ e Sindipetro-SJC | Diretoria Executiva da FNP: Adaedson Costa, Agnelson Camilo, Alealdo Hilário, Armando Carlos Munford, Claiton Coffy, Clarkson Messias, Eduardo Amaro, Eduardo Henrique Soares da Costa, Ivan Luiz de Andrade, José Roberto Azevedo, Lourival Júnior, Luiz Mário Nogueira Dias, Marcelo Juvenal, Natália Russo Lopes, Rafael Prado e Roberto de Castro Ribeiro | Redação e Edição: Vanessa Ramos - Diagramação: Carolina Mesquita - Endereço: Avenida Presidente Vargas, 502, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ - CEP 20071-000 Telefone: (21) 2253-4210 | 96720-0668 - E-mail: fednacpetroleiros@gmail.com - Facebook fnpetroleiros - fnpetroleiros.org.br